



## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

### Impacto do Reajuste do Judiciário previsto pelo Projeto de Lei 7.920/2014

#### Histórico das remunerações das carreiras de analista, técnico e auxiliar do Poder Judiciário:

- Entre 2005 e 2008, todas as carreiras tiveram suas remunerações reajustadas.
- Entre 2009 e 2012 não houve reajuste.
- As remunerações voltaram a ser reajustadas a partir 2013.
- O último reajuste ocorreu em janeiro de 2015.

#### Histórico das remunerações das carreiras do Poder Judiciário

CARGO	ANALISTA		TÉCNICO		AUXILIAR	
	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial
dez/05	6.447	4.277	3.860	2.561	2.311	1.533
dez/06	7.228	4.795	4.328	2.871	2.591	1.719
dez/07	9.052	6.005	5.420	3.596	3.245	2.153
dez/08	10.436	7.159	6.361	4.236	3.767	2.269
2009 a 2012*	10.436	7.159	6.361	4.236	3.767	2.269
jan/13	11.271	7.732	6.869	4.575	4.068	2.450
jan/14	12.189	8.362	7.429	4.948	4.400	2.650
jan/15	13.219	8.804	8.057	5.366	4.772	2.750

\* Não houve reajustes no período 2009-2012.

Comparando os reajustes realizados com a evolução do IPCA, pode-se constatar que, mesmo considerando o período sem reajustes, houve crescimento real no período para todas as carreiras. A carreira de analista, por exemplo, observou crescimento nominal acima de 100%, enquanto o IPCA cresceu 67% no período.

No período mais recente, entre 2013 e 2015, as remunerações obtiveram ganhos reais, superiores à variação do percentual do IPCA.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Taxa de crescimento nominal das remunerações do Poder Judiciário e IPCA

CARGO	ANALISTA		TÉCNICO		AUXILIAR		IPCA*
	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	
2006	12,11	12,11	12,11	12,11	12,11	12,11	3,14
2007	25,23	25,23	25,23	25,23	25,23	25,23	4,46
2008	15,29	19,21	17,36	17,82	16,09	5,39	5,9
2009	0	0	0	0	0	0	4,31
2010	0	0	0	0	0	0	5,91
2011	0	0	0	0	0	0	6,5
2012	0	0	0	0	0	0	5,84
2013	8	8	8	8	8	8	5,91
2014	8,15	8,15	8,15	8,15	8,15	8,15	6,41
2015	8,45	8,45	8,45	8,45	8,45	8,45	8,17
<b>Varição Acumulada</b>	<b>105,03</b>	<b>112</b>	<b>108,7</b>	<b>109,52</b>	<b>106,44</b>	<b>87,42</b>	<b>67,44</b>

\* Para 2015, considerou-se o IPCA acumulado em 12 meses até abril.



## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

### Análise do Projeto de Lei 7.920/2014

O Projeto de Lei nº 7.920/2014 trata do plano de carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União para os cargos de analista, técnico e auxiliar.

O PL, já aprovado pela Câmara dos Deputados, encontra-se em análise pela CCJ do Senado Federal e pode entrar na pauta de votação na quarta, 13 de maio.

Caso aprovado, o PL implica aumento das remunerações da seguinte forma:

#### Reajustes propostos pelo PL 7.920/2014 (Em %)

	2015	2016	2017	Total
<b>Analista</b>				
- Final	22,6	13,8	12,1	56,4
- Inicial	23,2	14,1	12,4	58,1
<b>Técnico</b>				
- Final	22,6	13,8	12,1	56,4
- Inicial	21,8	13,4	11,8	54,5
<b>Auxiliar</b>				
- Final	22,5	13,8	12,1	56,2
- Inicial	31,4	17,9	15,2	78,6

O impacto total do PL nos próximos quatro anos será de R\$ 25,7 bilhões, distribuídos por ano da seguinte forma:

- R\$ 1,5 bilhões em 2015
- R\$ 5,3 bilhões em 2016
- R\$ 8,4 bilhões em 2017
- R\$ 10,5 bilhões em 2018



## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

As carreiras em análise foram contempladas pela negociação salarial de 2012, que previu reajuste de 15,8%, pagos em três parcelas anuais, de 2013 a 2015.

Como parte do reajuste mencionado acima, os analistas, técnicos e auxiliares do Poder Judiciário tiveram um reajuste salarial de 8,4% em janeiro deste ano. Caso o PL seja aprovado, essas carreiras terão um segundo reajuste em 2015.

O reajuste total em 2015, considerando o que já foi concedido, variará entre 29,7% e 36,4% conforme a carreira, e está demonstrado pela tabela a seguir:

### Reajuste total em 2015 (Em %)

	Total para 2015
<b>Analista</b>	
- Final	32,9
- Inicial	29,7
<b>Técnico</b>	
- Final	32,9
- Inicial	32,1
<b>Auxiliar</b>	
- Final	32,8
- Inicial	36,4

Dessa forma, o PL promoverá um reajuste adicional significativo aos servidores do Judiciário em 2015, não contemplado pelo Anexo V da Lei Orçamentária 2015.

Tomando como referência os salários vigentes após o reajuste de janeiro de 2015, a aprovação do PL elevará a remuneração dos servidores do Judiciário até 2017 conforme a tabela a seguir:



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Reajustes Propostos pelo PL 7.920/2014

Cargo / Remuneração	Após Reajuste JAN / 2015 <small>(3ª parcela do acordo em vigor)</small>	Proposta Judiciário <small>(PL 7920/14) - valor previsto para 2017)</small>	
	R\$	R\$	Adic. sobre Jan/2015 (%)
<b>Analistas</b>			
Final	13.219	20.678	<b>56,4</b>
Inicial	8.803	13.915	<b>58,1</b>
<b>Técnicos</b>			
Final	8.056	12.603	<b>56,4</b>
Inicial	5.365	8.291	<b>54,5</b>
<b>Auxiliares</b>			
Final	4.771	7.464	<b>56,4</b>
Inicial	2.750	4.911	<b>78,6</b>

Atualmente, os servidores do Judiciário já recebem remuneração superior à do Executivo, em todos os níveis.

O reajuste em análise na CCJ promoverá um desequilíbrio ainda maior entre carreiras similares dos diferentes poderes da União.



## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

### Diferença atual das carreiras do Executivo e do Judiciário

Cargo / Remuneração	Executivo Atual	Judiciário Atual	
	R\$	R\$	Diferença (%)
<b>Analistas</b>			
Final	8.000	13.219	<b>65%</b>
Inicial	5.145	8.803	<b>71%</b>
<b>Técnicos</b>			
Final	4.047	8.056	<b>99%</b>
Inicial	3.440	5.365	<b>56%</b>
<b>Auxiliares</b>			
Final	2.799	4.771	<b>57%</b>
Inicial	2.662	2.750	<b>94%</b>

### O momento atual e as diretrizes estabelecidas para a negociação salarial dos servidores públicos

A análise do PL 7.920/2014 ocorre no momento em que o Poder Executivo já iniciou negociação com mais de 40 carreiras de servidores sobre reajustes, recomposição de perdas, reestruturações de carreiras e concursos.

O cenário de ajuste fiscal impõe esforços coletivos, de todos os Poderes. A aprovação de um PL com impacto total de R\$ 10,5 bilhões afetará severamente o esforço de reequilíbrio fiscal em curso.

Em virtude da situação fiscal, foi estabelecido, em 7 de abril, o Acordo pelo Reequilíbrio Macroeconômico para a Retomada do Crescimento, celebrado pelos líderes da base aliada do governo no Congresso Nacional, que prevê esforços para a não aprovação de projetos que acarretem aumento da despesa no curto prazo.



## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

No âmbito do esforço macroeconômico de manter a despesa com pessoal estável em proporção do PIB, o governo propôs uma diretriz no PLDO 2016 para que a folha de pagamento de todos os Poderes tenha a mesma taxa de crescimento.

Dessa forma, o valor disponível para o crescimento da folha de pagamento do governo federal será distribuído proporcionalmente entre os poderes, com base na participação de cada Poder no total da despesa com pessoal.

O valor disponível para o crescimento da folha de pagamento está em discussão e será divulgado até 14 de agosto. A partir desse valor e após a aprovação da proposta, cada Poder poderá alocar seus recursos conforme suas prioridades.

Nesse sentido, a negociação em torno do reajuste das carreiras do Judiciário deveria seguir a mesma sistemática dos demais servidores do governo federal.

O diálogo entre Poder Executivo e o Poder Judiciário já foi iniciado no âmbito da proposta encaminhada no PLDO 2016 para elaboração do PLOA 2016 e será intensificado de forma a elaborar uma proposta sustentável do ponto de vista fiscal e que atenda a demanda dos Servidores nos próximos anos.

Sendo assim, o Governo Federal se posiciona contra a apreciação e votação do PL 7.920/2014.